



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 09/2020/SMPOP/DCL

Processo Nº 22906/2019
PREGÃO PRESENCIAL 2/2020

Ata de Registro de Preço, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, aqui representado pelo Prefeito EDUARDO BONOTTO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, com sede na RUA CEL APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA nº 2751, bairro CENTRO, CEP nº 97670000, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa ZEUS COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 34840358000144, com sede no endereço RUDY ARNALDO HINTZ nº 688, bairro PEREQUE, CEP nº 88210000, na cidade de Porto Belo/SC, vencedora e adjudicatária do pregão suprarreferido, por seu representante legal, LEONARDO VENDRUSCULO TONIELLO, inscrito no CPF Nº083.044.299-50, Carteira de Identidade RG Nº5359397, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR(A), acordaram em celebrar o presente instrumento, bedecidas as condições constantes no edital suprarreferido e ata de reunião de julgamento de proposta, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto Registro de preço de pneus novos, câmaras de ar e colarinhos para a frota municipal, cujas especificações detalhadas encontram-se no item 01 - Do Objeto, de acordo com o Termo de Referência, laudo Técnico nº 463/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

2.1. A presente ata de registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, da Lei Municipal 3.025/2002 e do Decreto Municipal nº 8.497/2002, o CONTRATANTE não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os materiais cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Preços

3.1. Os preços ofertados pela FORNECEDOR(A) seguem detalhados na ata de julgamento, parte integrante deste, acumulando um total de R\$ **1.076.062,00**, conforme descrições detalhadas:

3.2. Os preços, as descrições e quantidades são as seguintes:

Item	Unidade	Quant	Descrição/Objeto	Observação	Valor Unitário	Valor Total
11	Unidade	84	PNEU BITOLA 165/70R14, ÍNDICE DE CARGA MINIMO 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE MINIMO T,	JK VECTRA 81S	230,00	19.320,00
12	Unidade	38	PNEU 175/70R14, INDICE DE CARGA MINIMO 84, INDICE DE VELOCIDADE MINIMO H, NOVO	XBRI PREMIUM 84H	218,00	8.284,00
14	Unidade	105	PNEU BITOLA 185/70R14, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMO T	APOLLO AMAZER 88T	230,00	24.150,00

15	Unidade	68	PNEU BITOLA 195/65R15, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMO H,	XBRI ECOLOGY 91H	230,00	15.640,00
16	Unidade	64	PNEU BITOLA 195/70R15C , ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 104/102, ÍNDICE DE VELOCIDADE MI	XBRI CARGOPLUS 104/102R	310,00	19.840,00
18	Unidade	34	PNEU BITOLA 225/70R15C, RADIAL, PARA VANS E UTILITÁRIOS, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO	XBRI CARGOPLUS 112/110R	390,00	13.260,00
20	Unidade	68	PNEU BITOLA 205/75R16, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 113/111,	HORIN HR601 113/111R	400,00	27.200,00
21	Unidade	84	PNEU BITOLA 215/75R16, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMO R	APTANY RL108 116/114R	380,00	31.920,00
23	Unidade	88	PNEU BITOLA 225/65R16, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 112/110, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍN	APTANY RL023 112/110R	427,00	37.576,00
26	Unidade	16	PNEU BITOLA 7.50-16, MÍNIMO COM 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO 121/120, ÍNDIC	LINGLONG LL9 126/123K	460,00	7.360,00
31	Unidade	16	PNEU BITOLA 12 16,5, DIAGONAL, DIANTEIRO, MÍNIMO COM 10 LONAS, PARA RETROESCAV	LOADMAX HRI 12PR	635,00	10.160,00
32	Unidade	102	PNEU BITOLA 215/75R17,5, PARA CAMINHÕES LEVES, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM PRÓPR	LINGLONG D905 126/124M	635,00	64.770,00
33	Unidade	45	PNEU BITOLA 215/75R17,5, RADIAL PARA CAMINHÕES LEVES COM ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO	LINGLONG LLF86 135/133J	625,00	28.125,00
36	Unidade	24	PNEU BITOLA 9.00 X 20, CONVENCIONAL, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM APROPRIADO	GOODYEAR PAPALEGUAS G8 140/137J	870,00	20.880,00
37	Unidade	48	PNEU BITOLA 9.00 X 20, CONVENCIONAL(DIA GONAL), DESENHO DA BANDA DE RODAGEM	CENTELLA CL550 142/138K	879,00	42.192,00

41	Unidade	146	PNEU BITOLA 275/80R22,5 RADIAL, 4 CINTAS DE AÇO, SEM CÂMARA, PARA CAMINHÕES, Í	SPEDDMAX MD5 149/146L	1.510,00	220.460,00
42	Unidade	8	PNEU BITOLA 295/80R22,5 RADIAL, 4 CINTAS DE AÇO, SEM CÂMARA, PARA CAMINHÕES	SPEEDMAX M5 152/149L 20MM	1.520,00	12.160,00
44	Unidade	45	PNEU BITOLA 14.00 X 24 □ DIAGONAL, MÍNIMO COM 16 LONAS, SEM CÂMARA, CAPACIDADE	SWT G2L2 16PR	1.950,00	87.750,00
49	Unidade	57	PNEU BITOLA 17.5 X 25, DIAGONAL, MÍNIMO COM 16 LONAS, SEM CÂMARA, CAPACIDADE DE	SUPERGUIDER G2L2 16PR	2.430,00	138.510,00
50	Unidade	4	PNEU BITOLA 23.1 □ 26, 12 LONAS, CLASSIFICAÇÃO R1, CAPACIDADE DE CARGA DE 3.600	SUPERGUIDER R1 16PR	3.715,00	14.860,00
51	Unidade	2	PNEU BITOLA 14.9 X 28, MÍNIMO 08 LONAS, SEM CÂMARA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA	LOADMAX HRI 12PR	1.590,00	3.180,00
52	Unidade	20	PNEU BITOLA 18.4 X 30, TRASEIRO, CLASSIFICAÇÃO R1, MÍNIMO COM 12 LONAS, CAPACIDA	SWT R1 12PR	2.450,00	49.000,00
62	Unidade	25	CÂMARA DE AR PARA ARO 13	BBW FR13/14	24,00	600,00
63	Unidade	34	PNEU BITOLA 215/75R17,5, PARA CAMINHÕES LEVES, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM PRÓPR	LINGLONG D905 126/124M	635,00	21.590,00
64	Unidade	15	PNEU BITOLA 215/75R17,5, RADIAL PARA CAMINHÕES LEVES COM ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO	LINGLONG LLF86 135/133J	625,00	9.375,00
67	Unidade	48	PNEU BITOLA 275/80R22,5 RADIAL, 4 CINTAS DE AÇO, SEM CÂMARA, PARA CAMINHÕES, Í	SPEEDMAX MD5 149/146L	1.510,00	72.480,00
69	Unidade	15	PNEU BITOLA 14.00 X 24 □ DIAGONAL, MÍNIMO COM 16 LONAS, SEM CÂMARA, CAPACIDADE	SWT G2L2 16PR	1.950,00	29.250,00

71	Unidade	19	PNEU BITOLA 17.5 X 25, DIAGONAL, MÍNIMO COM 16 LONAS, SEM CÂMARA, CAPACIDADE DE	SUPERGUIDER G2L2 16PR	2.430,00	46.170,00
Total:						1.076.062,00

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Fornecimento

- 4.1. A FORNECEDORA obriga-se a dar prioridade no atendimento a CONTRATANTE, bem como, executar o objeto contratado de forma imediata, conforme especificado nos termos do edital e inclusive em conformidade com a ata de julgamento, bem como de acordo com o que preceitua o Código Defesa Consumidor;
- 4.2. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da presente ata, correrá por conta exclusiva da FORNECEDORA.
- 4.3. Deverá ser emitida a devida nota fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.
- 4.4. Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes na presente Ata.
- 4.5. Dentro do prazo de vigência contratual, a FORNECEDORA está obrigada ao executar o objeto contratado, desde que obedecidas as condições do Pregão, conforme previsão do edital que precedeu a formalização dessa ata.
- 4.6. A recusa da FORNECEDORA em atender à substituição, levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
- 4.7. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, poderá promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

CLAUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

- 5.1. Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a data da solicitação pela secretaria requisitante.
- 5.2. A presente despesa será suportada pela(s) seguinte(s) rubrica(s) do ano de 2020, cujo elemento é: **3.3.90.30.00.00.00.00.**
- 5.3. O CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.
- 5.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à FORNECEDORA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.
- 5.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666/93, o índice a ser utilizado como critério de avaliação financeira para o caso de inadimplemento será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e os juros de mora serão de 6% ao ano, a contar da notificação do inadimplemento.

CLÁUSULA SEXTA – Da Entrega

- 6.1. Prazo de entrega de no máximo 05 (cinco) dias no máximo, após o recebimento da nota de empenho, os pneus, câmaras e colarinhos deverão ser entregues no Departamento Municipal de Patrimônio e Documentos - DMPD, situado a Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479 – Vila Cabeleira – São Borja – RS.
- 6.1.1. Quando da entrega do bem, no DMPD da Prefeitura Municipal de São Borja o licitante vencedor deverá apresentar os produtos objetos da licitação dentro das Normas Técnicas aplicáveis e aceito após exame técnico do Eng. Mecânico da Prefeitura Municipal de São Borja e ou pela pessoa por ele designada para tal fim.
- 6.2. A FORNECEDORA deverá entregar o objeto em perfeitas condições compatíveis com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

- 7.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:
- a) quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
 - b) quando a FORNECEDORA não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
 - c) quando a FORNECEDORA solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
 - d) cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, suficiente a ponto da CONTRATANTE ter que promover a execução do objeto contratado, através da contratação de terceiros.

- e) atraso injustificado na execução do objeto.
- f) paralisação na execução do objeto contratado, sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE.
- g) subcontratação total ou parcial da execução do objeto contratado.
- h) associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do objeto contratado.
- i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.
- j) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado.
- k) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da FORNECEDORA.
- l) dissolução da FORNECEDORA.
- m) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração Pública, prejudique a execução deste contrato.

7.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7.4. A rescisão contratual também se operará nos seguintes casos:

- a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.
- b) Supressão, unilateral por parte da CONTRATANTE, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.
- c) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- d) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- f) Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

7.5. A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.
- b) Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

7.6. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

7.7. No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas nas alíneas "a" a "d" do item 7.4, será a FORNECEDORA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito a pagamentos devidos pela execução do objeto contratado até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades

8.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10 % (dez) sobre o valor empenhado, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- c) No caso de inexecução do contrato, a FORNECEDORA será:
 - c.1) Suspensa temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração por 02 (dois) anos.
 - c.2) Declarada de inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- d) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.
- e) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- f) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.
- g) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).
- h) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os materiais, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e não for corrigida imediatamente.
- i) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar o objeto contratado pela FORNECEDORA, pode constituir motivo para aplicação do disposto nas alíneas "a" e "c" do presente item.

CLAUSULA NONA – Da Fiscalização

- 9.1.** Cabe a Secretaria requisitante fiscalizar rotineiramente o objeto da presente Ata, quanto à quantidade, qualidade e modo de fornecimento e/ou execução.
- 9.2.** Os fiscais da secretaria requisitante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue inadequadamente ou que não atinja a finalidade que se destina.
- 9.3.** As irregularidades constatadas pela secretaria requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

CLAUSULA DÉCIMA – Dos Casos Fortuitos Ou de Força Maior

- 10.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a execução do objeto contratado:
- a) greve geral;
 - b) calamidade pública;
 - c) interrupção dos meios de transporte;
 - d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
 - e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
- 10.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela FORNECEDORA.
- 10.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a secretaria requisitante, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

- 11.1.** Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tais alterações serão celebradas mediante termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Dos Casos Omissos

- 12.1.** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

- 13.1.** Fica eleito o foro da comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

____ E, por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

SÃO BORJA, 31 de Março de 2020

EDUARDO BONOTTO
PREFEITO
CONTRATANTE

ZEUS COMERCIAL
EIRELI
FORNECEDOR(A)

TESTEMUNHA
NOME:
CPF:
ASSINATURA:

TESTEMUNHA
NOME:
CPF:
ASSINATURA: